



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 2/16

8 de Abril de 2016



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

Afinal parece que o rei vai nú!

No passado dia 4 de Abril de 2016 assistimos na estação pública de televisão, a um programa televisivo em que a coisa militar era analisada. Tudo estava bem, disse-se, e a missão, apesar de alguns constrangimentos aqui ou ali, seria sempre cumprida dentro dos elevados padrões de exigência, até a nível internacional. Não seriam a escassez de meios ou recursos que impediriam os militares portugueses de cumprir, ombreando mesmo com os melhores dos nossos pares. A imagem que se tentou passar para a opinião pública foi: Tudo está muito bem e recomenda-se!

Quinta-feira, 07 de Abril, as parangonas anunciaram a demissão do CEME, derrubando facilmente a paz podre anunciada com muita pompa e pouca circunstância no dito programa televisivo! Não estamos habituados a que as declarações de um comandante de unidade, ou mesmo de um director de um estabelecimento de ensino militar, possam causar o dano que estas causaram. Menos ainda as de um subdirector... E quando o dano excede a proporcionalidade daquilo que o poderá ter causado, algo mais subjaz, e essa é a questão.

Um militar superiormente comprometido com o cumprimento da Lei e da Constituição da República não pode deixar de exigir que esta seja respeitada. Jurou fazê-la cumprir.

As razões invocadas no pedido de exoneração do CEME são de ordem pessoal. Este é um direito que lhe assiste. Mas quando da sua tomada de posse, o GEN Carlos Jerónimo, venceu serem prioridades da sua acção de comando, os homens e a componente operacional. No ano passado, nas cerimónias do dia do Exército, em Vila Real, voltou a deixar bem clara a sua postura perante o próprio ministro da tutela. Ora, como militar e conhecendo os militares, ele sabe que 'razões de ordem pessoal' não podem, tão só, ser a razão. Um Militar não abandona a luta por um objectivo com tanta facilidade. As, cada vez maiores, dificuldades sentidas nas Forças

Armadas no âmbito do recrutamento, da fixação do Pessoal e da criação de condições para tornar atractivo o Servir Portugal nas Forças Armadas, não estão a resultar. Nem, mesmo num quadro de falta de emprego. Para agravar a situação, assiste-se à saída, com mágoa, daqueles que, com denodo e determinação escolheram servir o país, dedicando uma vida inteira à missão. Nos que entretanto não conseguiram a saída das fileiras, acentua-se a desmotivação e o desencanto, reforçados por um sentimento de tratamento injusto e diferenciado.

O incumprimento da lei de bases da Condição Militar, as alterações ao EMFAR, penalizadoras para todos os militares e muito particularmente para os Sargentos, o quadro de degradação da capacidade de resposta da assistência na doença (ADM) e a dificuldade em perceber afinal qual é o rumo a seguir pela Acção Social Complementar (IASFA) serão também, em conjunto, factores, que com toda a certeza abalam as convicções de quem assume, sob juramento, comandar os que servem, sob esta condição.

Atempadamente a ANS endereçou ao ex-CEME, aos demais chefes e á tutela, as muitas preocupações daquilo que aos Sargentos e à sua carreira diz respeito.

Se dúvidas havia de que algo não corria bem, elas estão dissipadas. Um general com elevadas responsabilidades na condução das Forças Armadas apresentou o seu pedido de demissão alegando razões pessoais. Os militares não podem alegar interesses pessoais para não cumprir a missão. Por isso, não serão apenas estas as razões... porque este não pode ser o exemplo.

A imagem tentada passar pelo programa televisivo não sustenta o quadro, tem que haver razões para que um Chefe se demita.

Afinal, parece que o rei vai nú!

A Direcção